

## O ENSINO DE LEITURA NOS CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: UM ENFOQUE DISCURSIVO

Eliana Vianna BRITO

Eveline Mattos TÁPIAS-OLIVEIRA

*Universidade de Taubaté- UNITAU*

**Resumo:** Este artigo tem, por objetivo, apresentar uma discussão acerca do modo pelo qual a leitura em língua materna pode ser trabalhada nos cursos de Comunicação Social, notadamente nas habilitações: Jornalismo, Propaganda e Publicidade e Relações Públicas, a partir das determinações preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2001) e da abordagem que privilegia o trabalho com os gêneros discursivos.

**Palavras-chave:** discurso, gêneros discursivos, ensino de leitura

### TEACHING READING IN THE COURSE OF THE MEDIA: A DISCURSIVE APPROACH

**Abstract:** This article presents a discussion of how the reading can be worked in Social Communication, especially in Journalism, Advertising and Publicity and Public Relations, from the proposed determinations by the National Curriculum Guidelines (2001) and the approach that emphasizes working with genres

**Keywords:** discourse, genres, teaching reading

### LA ENSEÑANZA DE LA LECTURA EN LOS CURSOS DE COMUNICACIÓN SOCIAL: UN ENFOQUE DISCURSIVO

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo presentar un análisis acerca de la manera por la cual la lectura en lengua materna puede ser trabajada en los cursos de Comunicación Social, en particular en los cursos de: Periodismo, Propaganda y Publicidad y Relaciones Públicas, según las determinaciones preconizadas por las *Diretrizes Curriculares Nacionais* (2001) y del enfoque centrado en el trabajo con los géneros discursivos.

**Palabras clave:** lenguaje, géneros del discurso, enseñanza de la lectura

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, parte de uma pesquisa maior, constitutiva do Projeto cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPQ intitulado *Linguística Aplicada e Comunicação Social: Estudos Interdisciplinares*, tem como objetivo apresentar e discutir o modo pelo qual a disciplina Língua Portuguesa vem sendo trabalhada nos cursos do Departamento de Comunicação Social na Universidade de Taubaté, notadamente nos terceiros e quartos anos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

A título de contextualização, vale lembrar que o Departamento de Comunicação Social é um balzaquiano de 32 anos de existência. Sua tradição e seu histórico de prêmios e de qualidade possibilitaram a formação de mais de 2.500 alunos, nas habilitações de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Tecnologia em *Web design*, os quais ingressam no mercado de trabalho regional e nacional, em razão da confiança que os cursos oferecem na formação dos novos profissionais.

Sabemos que a contemporaneidade requer, por parte dos profissionais da área da Comunicação Social, o domínio de inúmeras linguagens, em razão das especificidades inerentes a cada atuação profissional, seja no campo jornalístico, no publicitário, seja no das mídias digitais, entre outros.

No entanto, uma das questões que têm preocupado os docentes das disciplinas em geral e os de Língua Portuguesa, em particular, é o fato de muitos alunos ingressantes no ensino superior apresentarem, guardadas as devidas proporções, uma dificuldade de se expressar, por escrito e oralmente, o que compromete seu desempenho acadêmico. Esta limitação traz, como consequência, a pouca compreensão dos conteúdos e a impossibilidade de trabalhá-los sob um enfoque intelectual mais complexo e abstrato.

Não queremos, neste momento, apontar as causas que levam os acadêmicos a esse desempenho inadequado. Nosso interesse é o de focalizarmos uma proposta de ensino de leitura, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2001) da área de Comunicação Social, tendo em vista os pressupostos teóricos bakhtinianos acerca da interação social pela/na linguagem, do dialogismo e dos gêneros discursivos.

Para a consecução deste objetivo, apresentamos primeiramente algumas concepções de língua e linguagem e sua relação com o ensino. Em seguida, delineamos aspectos da legislação brasileira acerca do ensino superior na área de Comunicação Social, mediante uma síntese das competências e habilidades previstas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2001) e, finalmente, apresentamos uma proposta de ensino de leitura para os cursos da área de Comunicação Social.

## **1. A LÍNGUA COMO UM FENÔMENO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO**

Boa parte dos acadêmicos é incapaz de escrever sem erros ortográficos, encadear um raciocínio com princípio, meio e fim ou interpretar um texto. São os próprios professores que reconhecem que a maioria dos seus alunos não adquiriu o domínio da língua portuguesa durante os onze/ doze anos que constituem a Educação Básica. Ao chegarem ao Ensino Superior, evidenciam-se ainda mais essas dificuldades, não só em Língua Portuguesa, mas também nas mais variadas disciplinas da grade curricular.

A escola e, em geral, a sociedade, ainda sentem os resquícios da herança deixada por uma abordagem de estudo do fenômeno linguístico cujo objeto de exploração era a língua considerada um conjunto potencial de signos, desvinculada de suas condições de uso e centrada na palavra e frases isoladas (ANTUNES, 2001).

A tradição de ensino de língua sempre privilegiou o estudo da forma em detrimento do sentido, do conteúdo e da função sociocomunicativa. A descrição da língua como um sistema de regras era realizada por intermédio de análises fonética, morfológica e sintática e acreditava-se que se o aluno soubesse analisar adequadamente, automaticamente saberia ler

e escrever bem. Esse enfoque fazia com que a aula de Língua Portuguesa se caracterizasse como uma aula de gramática normativa. Conseqüentemente, sedimentou-se uma visão preconceituosa acerca das variedades linguísticas, na qual a dicotomia certo X errado pressupõe, enganosamente, a existência de um padrão linguístico homogêneo.

Por outro lado, não se pode negar a concepção saussuriana de língua como um sistema de signos, a partir da qual os estudos linguísticos se desenvolveram. No entanto, é preciso considerar que esse sistema linguístico se modifica em razão da ação dos interlocutores no processo de interlocução. A heterogeneidade da língua é uma decorrência de sua natureza intrinsecamente ligada ao contexto de uso e à ação dos interlocutores que, em situação de interação, são co-responsáveis pela produção e construção do sentido. Em razão desse aspecto, entre outros, a língua não é uma estrutura fechada em si mesma, disponibilizada para o uso como se fosse um mero instrumento.

Ainda que as ideias saussurianas tenham sido um divisor de águas no que diz respeito à linguagem verbal, considerada em sua dimensão imanente como um sistema em si mesmo, autônomo, algo pronto para ser ativado pelos sujeitos quando necessário, com o passar dos anos, a própria integração dos estudos linguísticos com outras ciências acarretou o gradativo surgimento de novas concepções de língua que levam em conta o caráter social da linguagem humana.

Uma dessas concepções considera o fenômeno linguístico como atividade, como um dos fazeres do homem, como uma forma de interação entre os interlocutores que são co-responsáveis pela produção de sentidos. Entram em cena, então, as relações entre a língua e seus contextos de produção, “o que implica dizer entre a manifestação lingüística e a produção e a expressão da cultura de cada comunidade de falantes (ANTUNES, 2009, p. 21).

Ora, ao se relacionar com o contexto de produção, as questões referentes à língua adquirem uma configuração política, histórica, social e cultural e, por este motivo, a língua passa a ser considerada um conjunto sistemático, mas heterogêneo, flexível, aberto, variável,

regulado por comunidades de falantes, cujas vozes dialogam incessantemente, de maneira explícita ou implícita, conforme veremos mais adiante.

Antunes (2009, p.22) ressalta-nos que

qualquer língua manifesta-se num conjunto de diferentes falares que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua. Pensar numa língua uniforme, falada em todo canto e em toda hora do mesmo jeito, é um mito que tem trazido conseqüências desastrosas para a autoestima das pessoas (principalmente daquelas de meios rurais ou de classes sociais menos favorecidas) e que tem confundido, há séculos, os professores de língua.

Essa natureza heterogênea e multifacetada da língua relaciona-se à concepção de homem enquanto ser social, que se articula em uma estrutura igualmente complexa e heterogênea de sociedade. Por esta razão, a língua transcende sua característica imanente de instrumento de comunicação, associando-se a fatores ideológicos, políticos, econômicos e culturais.

Essa interdependência entre língua, sociedade e cultura traz repercussões para o ensino de Língua Portuguesa, uma vez que as decisões pedagógicas que tomamos dependem do modo pelo qual abraçamos este ou aquele conceito teórico. Infelizmente, pesquisas apontam que ainda prevalece, nas aulas de língua materna, uma concepção de língua “demasiado estática (sem mudanças), demasiado simplificada e reduzida (sem indefinições, sem imprevisibilidades), descontextualizada (sem interlocutores, sem intenções) e, portanto, falseada” (ANTUNES, 2009, p. 34).

Brait (2010) enfatiza que “a língua, herdada do ambiente familiar, social cultural, é muito mais que um instrumento de comunicação. Ela nos constitui, faz parte daquilo que, sendo singular em cada indivíduo, tem sua fonte no coletivo e para ele reverte num movimento constante e vital” (BRAIT, 2010, p. 145). É nesse enfoque que vamos retomar Bakhtin (2000), para quem a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica, isto é, no processo de comunicação, os enunciados não só são perpassados pelas palavras de outros, como também se dirigem a outros interlocutores. Todo

discurso, neste sentido, é constituído pelo discurso alheio; contém, ao mesmo tempo, o passado (ou seja, a voz que o antecede) e o futuro (ou seja, a voz à qual se dirige). Assim, “todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam” (FIORIN, 2006, p. 19).

Ora, a partir do momento em que concebemos a linguagem como fundamentalmente dialógica, é importante ressaltar que tal dialogismo só se revela enquanto tal quando nos referimos aos enunciados, isto é, aos acontecimentos únicos da comunicação, que contêm uma apreciação e uma entonação próprias. Assim, se o objeto de investigação, principalmente em uma situação escolar que envolva o ensino de língua materna, é a palavra isolada, ou uma oração coordenada sindética adversativa, por exemplo, não podemos pensar em relações dialógicas, pois que se trata de unidades da língua, e não unidades reais de comunicação.

Por este motivo, o ensino da Língua Portuguesa que não leve em conta o contexto de produção, os interlocutores, os aspectos sociais, históricos e ideológicos que permeiam as ações discursivas, focalizará as unidades linguísticas - os sons, as palavras, as orações – como uma descrição, uma análise da língua. Tal perspectiva em nenhum momento foi condenada por Bakhtin, que a considera necessária para a compreensão das unidades linguísticas; no entanto, esse enfoque gramatical não explica o funcionamento real da linguagem, do discurso (FIORIN, 2006).

Fiorin (2006) exemplifica essa questão, apresentando-nos uma distinção entre unidade da língua e enunciado:

“...uma palavra como ‘água’ está à disposição de todos para ser usada nos enunciados, ninguém pode reivindicar sua autoria (...). quando alguém diz ‘água’ numa brincadeira que envolve luta, o termo deixa de ser uma unidade da língua, pois, ao ganhar um autor, torna-se um enunciado e significa que a pessoa que o pronunciou está rendendo-se” (FIORIN, 2006, p.22)

O enfoque no enunciado e, conseqüentemente, no discurso, remete-nos à necessidade de trabalharmos, em sala de aula, com textos autênticos, e não com frases isoladas, descontextualizadas e artificiais que permeiam muitos dos manuais didáticos. Assim, a inserção dos gêneros discursivos, notadamente os de circulação social, veiculados pela mídia impressa, televisiva, radiofônica, digital, possibilita o ensino de Língua Portuguesa nos cursos de Comunicação Social de uma maneira em que, tanto os aspectos gramaticais como os discursivos são valorizados e ressaltados nas aulas de leitura, produção textual escrita e análise linguística.

## 2. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS: UMA VISÃO INSTITUCIONAL

As Instituições de Ensino Superior (IES), no Brasil, são orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES 492/2001) quanto à definição de um perfil comum aos profissionais de todos os cursos de Comunicação Social que pretendem formar e um perfil específico por habilitação.

O perfil comum, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2001), corresponde a um objetivo de formação geral que deve ser atendido por todos os cursos da área e em todas as habilitações de Comunicação, qualquer que seja sua ênfase ou especialidade. De acordo com este documento, o egresso de Curso de Graduação em Comunicação Social, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por:

<sup>35</sup><sub>17</sub> sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção e análise crítica referente às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e as suas inserções culturais, políticas e econômicas;

<sup>35</sup><sub>17</sub> sua habilidade em refletir acerca da variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo;

<sup>35</sup><sub>17</sub> sua visão integradora e horizontalizada, genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho, possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem;

<sup>35</sup><sub>17</sub> seu posicionamento, de um ponto de vista ético-político, sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos aos quais ela pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e, ainda, sobre as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social.

Tais características, delineadoras do perfil do profissional da área de Comunicação Social, evidenciam-se, inevitavelmente, por intermédio do domínio que esse profissional deve apresentar acerca da Língua Portuguesa, nos processos de leitura e de produção textual, uma vez que é pela/na linguagem que nos constituímos como sujeitos que interagem na sociedade.

Quanto às competências e habilidades gerais para os diferentes perfis, o documento aponta as seguintes:

1. assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão de teorias;
2. usar tais conceitos e teorias em análises críticas da realidade;
3. posicionar-se de modo ético-político;
4. dominar as linguagens habitualmente usadas nos processos de comunicação, nas dimensões de criação, de produção, de interpretação e da técnica;
5. experimentar e inovar no uso destas linguagens;
6. refletir criticamente sobre as práticas profissionais no campo da Comunicação;
7. ter competência no uso da língua nacional para escrita e interpretação de textos gerais e especializados na área.



Nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas na Universidade de Taubaté, a disciplina de Língua Portuguesa, ministrada no 3º e 4º anos, tem uma carga horária de 68 horas, distribuídas em duas horas semanais, em que são trabalhados os gêneros discursivos dos domínios jornalístico, publicitário e acadêmico. O enfoque gramatical, fundamental para o desenvolvimento da competência lingüística, valoriza a produção de textos orais e escritos, de modo a despertar, no acadêmico, a necessidade de utilização da norma padrão da língua portuguesa quando o contexto assim o requisitar.

Embora não seja exigido nos cursos de Comunicação Social o mesmo conhecimento teórico e metalingüístico privilegiado no curso de Letras, inegavelmente enfatiza-se o domínio da língua portuguesa, com a qual os futuros jornalistas, publicitários, relações públicas vão redigir uma notícia, uma propaganda, um projeto ou um release. Para atingir esse domínio, cabe ao professor “desvendar (quer dizer, ‘tirar do escondido’) os modos de funcionamento da língua; abrir esse universo para que possam ver suas regularidades, suas estratégias e táticas de uso” (ANTUNES, 2009, p. 174).

Consideramos que a partir da análise e da utilização consciente dos recursos lexicais, sintáticos, semânticos e discursivos dos inúmeros gêneros discursivos, o acadêmico terá maior desenvoltura para a compreensão e produção de textos, sejam eles midiáticos ou não, reconhecendo o caráter dialógico da linguagem, os efeitos de sentido, as pressuposições e subentendidos.

É importante lembrar, também, que cada habilitação do curso de Comunicação Social apresenta suas diretrizes, previstas pelo Ministério da Educação e Cultura. Em relação às questões linguísticas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo (Portaria Nº 203/2009, 12 de fevereiro de 2009), por exemplo, preconizam como competências gerais a serem desenvolvidas:

- a) Dominar a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;

- b) Ter domínio instrumental de pelo menos dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido;

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Relações Públicas (Portaria 595/2010, de 24 de maio de 2010) apresentam como competência geral para o profissional de RP, o domínio de linguagens e de técnicas utilizadas no processo de comunicação e nas diversas mídias, articulando as dimensões de criação, produção e interpretação.

Para o curso de Publicidade e Propaganda, as Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES 492/2001) estabelecem como competência geral o domínio de linguagens e de competências estéticas e técnicas para criar, orientar e julgar materiais de comunicação pertinentes a suas atividades.

Há, portanto, um fio condutor nas três habilitações que diz respeito, diretamente, ao ensino de Língua Portuguesa, qual seja, o domínio da linguagem verbal, em suas mais variadas manifestações e contextos de uso. Decorre daí a importância de o professor de Língua Portuguesa, nos cursos de Comunicação Social, focalizar a disciplina sob a perspectiva interacional, dialógica, tendo em vista as especificidades de cada habilitação.

### **3. ALGUMAS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE LEITURA NO CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Considerando que o ensino de Língua Portuguesa deve ser pautado na utilização de gêneros discursivos, selecionamos para este trabalho, a título de exemplificação, capas de revista, anúncios publicitários e outdoors.

Quanto ao gênero capas de revista, selecionamos as revistas *Veja* e *Época* de março de 2010, cujas manchetes destacavam o mesmo fato: a morte do cartunista Glauco e o julgamento do casal Nardoni. Nosso objetivo foi levar os alunos a verificar de que maneira a

linguagem verbal e não verbal provocam efeitos de sentido diferenciados, evidenciando a linha editorial e, portanto, ideológica, de cada uma das publicações.

Na *Veja*, observa-se, atrás das grades, o assassino confesso do cartunista Glauco, e a manchete: “*O psicótico e o daime: até que ponto se justifica a tolerância com uma droga alucinógena usada em rituais de uma seita?*” Espera-se do aluno leitor, que não só ative seus conhecimentos prévios acerca deste tipo de alucinógeno, mas também que perceba que o uso do adjetivo “psicótico” já estabelece um julgamento da própria revista que se torna mais explícito com a foto do criminoso, consumidor do Daime, atrás das grades. A frase interrogativa, por sua vez, denota muito mais um posicionamento afirmativo do que um questionamento propriamente dito. Já a revista *Época*, ao tratar do mesmo fato, preserva a identidade do criminoso, não mostrando sua imagem, e faz também um questionamento, instigando o leitor à resposta: “*O Daime provocou o crime? A morte do cartunista Glauco reacende o debate sobre o uso da droga indígena ayahuasca em rituais religiosos*”. Não há um comprometimento da revista quanto a uma prévia avaliação dos fatos, e este não comprometimento já é uma estratégia argumentativa que atiza a curiosidade do leitor para a leitura da reportagem na íntegra. Na capa, vemos uma produção gráfica que reproduz o cipó Jagube e a folha Rainha, plantas nativas da floresta tropical amazônica, utilizadas na bebida Ayahuasca (vinho das almas), conhecida como Santo Daime.

Nas edições seguintes, tanto a *Veja* quanto a *Época* se referiram ao julgamento do casal Nardoni, considerado culpado pela morte da menina Isabella. Basicamente, ambas as revistas fizeram uso da mesma estratégia argumentativa utilizada na semana anterior: enquanto a *Veja* apresenta a imagem do casal como pano de fundo e a menina em primeiro plano, com os dizeres: “*Condenados! Agora, Isabella pode descansar em paz!*”, a *Época* traz a imagem de uma tela de segurança cortada, com o enunciado que reproduz um veredito: “*Culpados*”. Espera-se que o aluno leitor observe o caráter inquisidor, avaliativo da primeira revista, e o efeito de síntese da segunda que conta com o leitor para que se realize a completude da informação.

Em se tratando do gênero anúncio publicitário (vide ANEXO 2), selecionamos um constitutivo da campanha da AMBEV (American Beverage Company), veiculado na *Veja* de julho de 2010, que retrata três depoimentos de funcionários da Ambev. São, na verdade, três anúncios em folha dupla, em páginas subseqüentes, cuja estrutura pouco convencional, em relação à construção composicional, à noção de autoria e ao conteúdo temático, chamou-nos a atenção. A percepção da intenção comunicativa, ou, no dizer de Bakhtin (2000), da finalidade discursiva do gênero em questão é fundamental, uma vez que a construção composicional – semelhante a um depoimento pessoal – de certa forma, subverte o padrão prototípico de anúncio publicitário – interferiu no processo de compreensão

Embora as ideias bakhtinianas relativas à noção de autor e autoria estejam relacionadas à atividade estética literária, podemos perceber que tais conceitos também podem ser aplicados ao discurso publicitário. Senão vejamos: no anúncio selecionado, é necessário que o aluno leitor faça a distinção entre o autor-pessoa (o publicitário, a agência) e o autor-criador do texto (isto é, os personagens Thomás, Bianca e João Paulo) cuja função estético-formal é a de engendrar o anúncio, sustentando a unidade da campanha como um todo.

Quanto à leitura dos outdoors (vide Anexo 3), o objetivo é o de trabalharmos a coerência enquanto mecanismo de textualidade, isto é, a partir do material linguístico. Nesse sentido, Antunes (2009) ressalta que, muitas vezes, tem-se a errônea ideia de que basta o texto comunicar algo para que a compreensão se efetive. Não é bem assim, pois segundo a referida autora: “se há uma coerência que ultrapassa o linguístico, também há uma coerência que está presa aos limites do léxico e às leis da gramática. Desses limites não há como fugir” (ANTUNES, 2009, p. 91).

Assim, sob a perspectiva estritamente linguística, um texto é formado por uma sequência de elementos verbais, com funções próprias, que se alternam entre unidades lexicais e unidades gramaticais. Assim, a totalidade do texto corresponde a uma tessitura integrada de natureza léxico-gramatical e, para que isso aconteça, é necessário que as “

unidades linguísticas se submetam a padrões sintático-semânticos de combinação e, ainda, a estratégias textuais de encadeamento, organização e hierarquização” (ANTUNES, 2009, p.143). Não é o que acontece no primeiro outdoor (vide Anexo 3), em que a falta de combinação entre os elementos lexicais resulta em uma incongruência entre os itens lexicais selecionados pela falta de encadeamento. Ora, se o estabelecimento comercial encontra-se aberto todos os dias, é inconcebível a informação de que há um descanso semanal às terças-feiras. Já a incoerência do segundo outdoor reside no fato de que o produtor do texto não se dá conta de que o objetivo deste gênero discursivo é o de fazer uma propaganda. Assim, a incongruência refere-se à incompatibilidade entre a escolha lexical e o objetivo comunicacional de um outdoor.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concebermos a interação em sala de aula como um evento social, em que se encontram jornalistas, publicitários e relações públicas em formação, ou seja, como um lugar onde ocorre (e precisa ocorrer) a efervescência de ideias, de emoções diversas, de opiniões opostas, o ensino de língua portuguesa deve se constituir em uma atividade funcional e interativa, com um propósito comunicativo específico, num jogo de atuação social.

Claro está que a simples utilização de diferentes gêneros discursivos na sala de aula, principalmente aqueles privilegiados pela mídia impressa, não é o bastante para um trabalho pedagógico produtivo. Faz-se necessário levar em conta o contexto de produção bem como os possíveis interlocutores daqueles textos, a fim de que o acadêmico, em processo de formação, possa construir o(s) sentido(s) do texto, conforme preconiza Koch (2002, p.53):

O contato com os textos da vida cotidiana, como anúncios, avisos de toda a ordem, artigos de jornais, catálogos, receitas médicas, prospectos, guias turísticos, literatura de apoio à manipulação de máquinas, etc., exercita a nossa capacidade metatextual para a construção e inteligência de textos.

Quando se pensa no ensino de Língua Portuguesa, é fundamental que se considere a língua numa perspectiva contextualizada, situada, em que são priorizados os aspectos

linguísticos, enunciativos e discursivos dos inúmeros gêneros discursivos que se materializam numa infinita diversidade de práticas sociais. Cabe, então, à escola, independentemente do nível de ensino, assumir a tarefa de explicar o funcionamento da língua, por intermédio de análise, de detecção de implícitos, de preenchimento de vazios que todo texto apresenta, muito embora saibamos que a incompletude seja uma característica inerente ao discurso.

Tais aspectos nos fazem retomar as ideias de Rojo (2002) ao afirmar que, em nosso país, com seu acentuado problema de iletrismo, é necessário que os alunos tenham acesso letrado a textos (de opinião, literários, científicos, jornalísticos, informativos, publicitários etc.) e possam fazer uma leitura crítica e cidadã desses textos.

Consequentemente, ao aprender a olhar de maneira reflexiva, ao escutar o discurso que está sendo dito, ao ler e perceber as relações dialógicas presentes nas linhas e entrelinhas do texto, o acadêmico do curso de Comunicação Social tornar-se-á capaz de desenvolver uma nova consciência que lhe possibilitará enxergar o explícito e o implícito nos gêneros multifacetados dos discursos jornalístico e publicitário.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. De Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1953/2000, p. 279-326.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo: Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação*, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf) Acesso em 25 set 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Proposta para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Públicas*, 2010. Disponível em: <http://www.conferp.org.br/wp-content/uploads/2010/10/diretrizesrpmec.pdf> .Acesso em 25 set 2011.

BRASÍLIA. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*. Parecer Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação 492/2001. Aprovado em 03/04/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> Acesso em 29 set 2011.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi. *Gíria: a linguagem no sistema penitenciário*. Disponível em <http://www.ceul.ufms.br/pgletras/docentes/vania/O%20ensino%20reflexivo%20da%20leitura.pdf> Acesso em 30 set 2011

ROJO, Roxane. *Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas*. 2002. Disponível em <http://www.fae.ufmg.br/ceale/generosdiscurso.pdf> Acesso em 29 set 2004

#### **Eliana Vianna BRITO**

Possui graduação em Letras pela Universidade Braz Cubas, graduação em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul, mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade Braz Cubas, professor assistente doutor da Universidade de Taubaté e editora da revista online Caminhos em Linguística Aplicada. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Ensino de Língua Materna, e suas publicações versam sobre os seguintes temas: estratégias de leitura, discurso jornalístico, discurso publicitário, gêneros discursivos, linguagem midiática, entre outros.

#### **Eveline Mattos TÁPIAS-OLIVEIRA**

possui graduação em Letras pela Universidade de Taubaté (UNITAU, 1985), mestrado em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 1996) e doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2006). Atualmente é Professora Assistente Doutor da Universidade de Taubaté. Tem experiência de 25 anos na área de Ensino de Língua Materna no Ensino Superior e desenvolve pesquisa na área de Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: formação do professor, didática do/no Ensino Superior, ensino da produção escrita e da leitura em língua materna, com propostas de práticas inovadoras.

ANEXO 1





ANEXO 2



www.ambev.com.br

“Ideias não respeitam organograma.”

Thomás Oliveira  
Vice-Presidente  
Global de Vendas

Eu nunca respeitei o organograma. Calma, isso não quer dizer que eu não respeitava os meus superiores. Significa que eu acreditava nas ideias. Aqui na Ambev são as ideias que importam. Aqui elas são nossos chefes. Isso cria uma cultura de respeito à pessoa e ao talento. E não ao cargo. Aqui cada um tem seu sonho e quer realizar ele. Eu sou a prova disso. Inventei um método de pesquisa quando era responsável por uma região. A pesquisa deu tão certo que a Ambev aperfeiçoou e hoje aplica em todos os mercados. E sabe qual o nome dessa pesquisa? Thomás. Gracias a essa e algumas outras ideias, eu passei de gerente de vendas regional para vice-presidente global de vendas. Mas não posso esquecer que tem uma coisa que será sempre mais importante do que qualquer cargo aqui na Ambev: a ideia.

Ambev. Feita por gente e sonhos.



www.ambev.com.br

“Cerveja é coisa de homem. Eu discordo.”

Bianca Parabelli Franzini  
Gerente de Produção  
Mestre Cervejeira

Se eu dissesse que a cerveja que você toma também é feita por uma mulher, você acreditaria? Pois é, a Ambev acredita tanto que hoje sou mestre cervejeira de uma de nossas fábricas. A Ambev não só confiou em mim como também investiu na minha carreira, me levando para cursos na Califórnia. Ainda acha que mestre cervejeiro é cargo masculino? Eu discordo. O que importa aqui na Ambev são os sonhos de cada um. E para continuar realizando o sonho de oferecer uma cerveja de qualidade, eu e minha equipe precisamos ser ainda mais exigentes que qualquer consumidor, seja ele homem ou mulher.

Ambev. Feita por gente e sonhos.





www.ambev.com.br

“Não deixei que entrasse água no meu chopp.”

João Paulo Badaró  
Diretor de Novos Negócios

Isso mesmo, quando assumi a divisão de chopp eu aceitei um grande desafio: desenvolver ainda mais o negócio de chopp. Nada podia dar errado. Eu e a minha equipe precisávamos sonhar grande, e foi o que aconteceu. Criamos o que hoje é uma das maiores franquias do Brasil: os quiosques da Brahma. Isso só foi possível porque a nossa principal ferramenta de trabalho na Ambev é a liberdade de propor, desafiar e inovar. Porque não pense que é fácil criar uma das maiores redes de franquias do Brasil. Mas nada é impossível quando se sonha grande.

Ambev. Feita por gente e sonhos.



Veja – Edição 2175 - 28/07/2010

**ANEXO 3**





Disponível em: <http://biblioamigos2010.blogspot.com/>